

#### 4.

### **A representação de si pela rejeição do outro.**

#### **Os conceitos antitéticos assimétricos e a manipulação retórica da linguagem política.**

Digo com insistência o que muitos preferem não ouvir. Quando me escutam dizem que falo muito alto. (...) Mas nunca passarei em silêncio pela vida catando, para arvorar como insígnia os sinais da alienação.

Carlos Lacerda<sup>1</sup>

Argumentamos no capítulo anterior que Lacerda reelaborou suas memorações em **Rosas e Pedras de meu caminho**, sua obra de 1967, através da apropriação de memórias de geração. Para tornar seu projeto de ação política viável – tornar-se Presidente da República -, ele resgatou momentos da vida de seu pai e demais familiares no intuito de inculcar um sentido a suas evocações, torná-las expressões de uma vocação familiar ao bem público. Lacerda, portanto, pretende construir um legado geracional através de sua narrativa, a qual engloba as memórias de seus antepassados e as conforma com o projeto identitário que as precede. Mas além da construção de uma linha teleológica, na qual a formação política do autor entremeia-se ao mundo privado, à convivência familiar, Lacerda fundamenta sua experiência política a partir de sua participação – ou a vivência de um familiar, da qual nosso autor apropria-se através da noção de memória geracional - em momentos tidos como chave para a história nacional.

Ambos os significados da palavra geração - como herança familiar e como conjunto de contemporâneos possuidores de uma memória comum relativa a certos acontecimentos de repercussão nacional - são utilizadas por Lacerda em suas evocações do passado. Elas imbricam-se para dar consistência ao projeto político lacerdista, pois ao apropriar-se destas memórias geracionais nosso autor elabora uma imagem de homem devoto à nação, que assim como seus familiares, sempre colocou o bem público

---

<sup>1</sup> . LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. P. 305

acima dos seus interesses privados e, devido a isso, esteve presente em todos os momentos-chave da vida política do Brasil desde a década de 1920.

Vimos também que, para demonstrar ao leitor o seu preparo para o cargo que se propôs a conquistar, Lacerda concilia a imagem do homem de oposição, que “fala quando todos se calam”<sup>2</sup>, disposto a dizer o que “muitos preferem não ouvir”<sup>3</sup>, à imagem de construtor, capaz de evidenciar e extirpar os erros do governo, no intuito de substituí-los por uma política voltada à reforma do país. Sua experiência como governador da Guanabara tornou-se recorrente em suas lembranças, pois fora tomada como modelo para o desenvolvimento do Brasil além de exemplo quanto à sua preparação político-administrativa para a função de presidente.

Noutra oportunidade quem sabe poderei prestar meu testemunho sobre esta última fase da vida nacional? Deixo em branco toda uma experiência inesquecível – a de cinco anos do meu governo no Estado da Guanabara. Quanto mais alguns tentam negar a validade dessa intensa e variada fase, acima de tudo, de experiência humana, mais a afirmam na vã tentativa de empregar antigos colaboradores meus para lhes dar os postos de responsabilidade. Falta-lhes, porém (...) unidade de direção (...).<sup>4</sup>

No entanto, em 1967 – nosso autor escreveu sua obra **Rosas e pedras de meu caminho** no início deste ano - Lacerda sabia que para conquistar o apoio das massas e se tornar presidente em 1971, a palavra democracia deveria estar fortemente aliada a seu discurso e à construção de sua identidade narrativa. De acordo com Maria Helena Moreira Alves, a Constituição de 1967 incorporara inúmeras medidas excepcionais decretadas nos atos institucionais e complementares. Tais medidas alteraram grandes estruturas estatais assim como institucionalizaram a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Contudo, apesar de possuir um caráter autoritário, tal constituição apresentou certas contradições:

Uma parte do texto visava o controle: assegurar a aplicação das medidas exigidas pela Doutrina de Segurança Interna para destruir o “inimigo interno”. Outra parte, que a oposição lograra impor sob a forma de Carta de Direitos, refletia o objetivo de restaurar a democracia.<sup>5</sup>

Tais elementos democráticos presentes na Constituição de 1967 deram à oposição certa margem de manobra, pois, apoiando-se nela, tornou-se possível exigir

<sup>2</sup> Ibid. p. 305

<sup>3</sup> Ibid. p. 305

<sup>4</sup> Ibid. p. 294.

<sup>5</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil. (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1989. P. 111.

maior participação popular nas decisões governamentais, as quais foram negadas devido às restrições existentes em outros trechos da própria Constituição. Este clima de liberalização que se seguiu à promulgação da Constituição, em março de 1967, alavancou protestos e manifestações da oposição em defesa da democratização do país. Lacerda, portanto, não poderia neste momento afastar-se desta “onda democrática” que tomara conta dos discursos políticos de 1967. Mas como conciliar a imagem do democrata à sua anterior fama de “demolidor de presidentes”<sup>6</sup>?

De acordo com Ricoeur, devido à premissa seletiva da elaboração narrativa, tudo o que constitui a fragilidade da identidade transforma-se em oportunidade de manipulação da memória, principalmente pela via ideológica. Portanto, ao tomarmos o caminho oposto na tentativa de compreender tal manipulação tornar-se-á possível identificar tais fragilidades, o que nos aproximará de uma possível proposta de constituição identitária. Uma das causas da fragilidade desta identidade consiste no confronto com outrem, visto como uma ameaça.

A identidade permanece numa relação de comparação que tem como contraponto a diversidade, a diferença; a idéia de algo diferente não cessa de assombrar a referência a si do mesmo. A expressão: uma coisa mesma que ela mesma e não uma outra contém o anônimo que é nomeado apenas para ser suprimido<sup>7</sup>.

Na obra de Lacerda podemos perceber como a desvalorização da imagem do outro implica na construção da sua *persona*, por oposição: sou tudo o que ele não é. Ou seja, suas qualidades são exacerbadas através da desqualificação dos que o ameaçam. Um exemplo dessa ameaça presente em sua narrativa consiste na representação elaborada em seus depoimentos referente à figura de Getúlio Vargas. A construção da imagem de Getúlio como um homem inconciliável com a democracia – “Getúlio era absolutamente incompatível com um regime democrático”<sup>8</sup> – é o oposto da descrição que faz de seu próprio governo na Guanabara: “uma mudança completa de mentalidade,

---

<sup>6</sup> Sua fama de demolidor de presidentes iniciara com sua fracassada tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência em 1955 e se fortalecera em 1961 após a renúncia de Janio Quadros e a organização de uma resistência militar à posse de João Goulart.

<sup>7</sup> RICOEUR, Paul. **A memória. A história. O esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.p.116.

<sup>8</sup> LACERDA, Carlos. Op.cit. p.129.

uma mobilização geral. Foi uma espécie de convocação do povo para participar de um esforço”<sup>9</sup>.

Neste capítulo, portanto, pretendo analisar a estrutura argumentativa utilizada por Carlos Lacerda para elaborar a representação de si em suas narrativas memorialísticas, a partir de conceitos opostos assimétricos, como, por exemplo, democracia x ditadura. Ele constrói sua identidade narrativa através da crítica à imagem de seus oponentes políticos.

Contudo, no capítulo anterior vimos que devido ao seu afastamento do governo militar de Castello Branco e sua aproximação a Juscelino Kubitschek - os dois antigos rivais políticos uniram-se em um movimento de oposição ao governo militar denominado Frente Ampla - Lacerda amenizara suas críticas quanto à Vargas em sua obra memorialística de 1967, demonstrando até a presença de alguns pontos em comum com o ex-presidente da República, como por exemplo, sua preocupação com a reforma social do país<sup>10</sup>. Como conciliar a aproximação de Lacerda a Getúlio e a construção, pelo primeiro, de uma desvalorada imagem deste último, no intuito de estabelecer, por oposição, uma auto-imagem positiva? Veremos que mesmo a amenizar suas críticas ao governo de Vargas, nosso autor ainda o identifica, em sua narrativa, como um homem inseguro e avesso à participação popular, características opostas à figura de liderança democrática que pretende elaborar para si.

Vargas a meu ver cometeu erros muito graves contra o Brasil, como o de não acelerar a obra de educação, o de privar o povo do treinamento democrático pelo voto e o uso constante e esclarecedor da liberdade.<sup>11</sup>

Getúlio torna-se, na narrativa lacerdista, uma figura caricata, possuidora de boas intenções quanto à reforma social brasileira, mas incapaz de alcançar esse honrado fim pelos meios democráticos, os quais nosso autor alega defender. O ex-presidente é representado como alguém próximo ao nazifascismo. – “Aos dezenove anos eu via o nazismo em ação dentro do Brasil.”<sup>12</sup> Em inúmeras partes de seu livro **Rosas e Pedras**

---

<sup>9</sup> LACERDA, Carlos. Op.cit. p.260.

<sup>10</sup> Apud LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 251

<sup>11</sup> Ibid. P.. 255

<sup>12</sup> Ibid. P.. 135

**de meu caminho**, Lacerda assevera a presença de um antissemitismo no governo varguista de 1937 – “por que o Estado Novo era contra os judeus, como de costume.”<sup>13</sup>

Estas observações tendenciosas quanto à imagem varguista constituem os alicerces para a construção de sua *persona* por oposição. Se Vargas é caracterizado como um homem antidemocrático com claras ligações ao pensamento fascista europeu, Lacerda apresenta-se como um defensor da liberdade, contrário a qualquer tendência discriminatória. Ele disserta longamente sobre seu apoio à comunidade judaica, em detrimento da “infâmia de que era contra os judeus (...), opinião [que] foi explorada junto aos judeus, [e que] (...) só o tato e a inteligência do embaixador de Israel, no começo do governo da Guanabara, pôs termo.”<sup>14</sup> Para acabar de vez com as possíveis suspeitas dos leitores quanto a alguma animosidade com a comunidade judaica, Lacerda ressalta, em sua narrativa, uma obra que fizera durante seu governo:

Ao chegar ao governo transformei a antiga Casa da Guarda do Palácio Guanabara em escola. Dei-lhe o nome de Anne Frank, a menina judia que os nazistas mataram na Holanda, e que deixou um diário famoso.<sup>15</sup>

Mas Getúlio não é o único personagem político que nosso autor utiliza em suas evocações, no intuito de construir, por oposição assimétrica, sua identidade narrativa. Castello Branco também sofrera inúmeras críticas que o aproximaram das tendências antidemocráticas com as quais Vargas fora identificado na narrativa lacerdista. Em uma passagem referente ao ano de 1937 nosso autor faz mais uma crítica ao Estado Novo ao afirmar que:

(...) altas autoridades policiais tentavam extorquir dinheiro de Hircgué para soltá-lo. (...) Alexandre Hircgué viera credenciado pelo governo turco para propor a troca de navios por café brasileiro; esses navios transportariam carvão turco ao Brasil. Tentaram extorquir-lhe dinheiro sob a ameaça de retê-lo indefinidamente como comunista.<sup>16</sup>

De acordo com Lacerda, ação semelhante ocorrera quase três décadas mais tarde durante o governo de Castello Branco, o qual apelidara de “Estado novíssimo”<sup>17</sup>. Os ministros Pio Correia e Carlos Medeiros chantagearam o banqueiro libanês Joseph Beidas, “por motivo ainda mais sórdido, pois o objetivo não era dinheiro, era uma

<sup>13</sup> Ibid. P.. 74

<sup>14</sup> Ibid. p. 135

<sup>15</sup> Ibid. p. 135

<sup>16</sup> Ibid. p. 74

<sup>17</sup> Ibid. p. 74

chantagem política.”<sup>18</sup>. Para nosso autor, a finalidade da prisão de Beidas por Castello consistia em atingi-lo, já que estava “certo de que ele era o “financiador de Lacerda” como disse o ministro da Justiça Carlos Medeiros ao advogado do banqueiro.”<sup>19</sup>

Em outra passagem ele aproxima mais uma vez Vargas à Castello, ao defender que em ambos os governos a presença da oligarquia brasileira – “empresários vorazes por poder e por afastar o povo das decisões políticas”<sup>20</sup> – era uma triste constante:

Ricardo Jaffet, que obtivera a presidência do banco do Brasil, assegurou o papel para o jornal. A subserviência nacional conferiu todos os privilégios e garantias de êxito ao jornal (...). Os empresários do grupo Última Hora tornaram-se personagens obrigatórios das decisões nacionais. A Tribuna da Imprensa, de vida precária, ia afundar-se. Seguir-se-iam os outros. Em suma, fazia-se naquela ocasião com a imprensa o que Castelo Branco garantiu, de 1964 para cá, a Roberto Marinho e ao grupo americano que é dono da TV Globo, com o rádio e a televisão.<sup>21</sup>

Lacerda, portanto, através de uma analogia entre o Estado Novo de 1937 e o governo militar de 1964, intenta apresentar-se como um homem democrático, o qual, devido à sua coerência ideológica, acaba por tornar-se opositor de Castello e de seu “Estado Novíssimo”, ao perceber tais semelhanças “(...) em 1965, quando o Presidente Castello Branco, no governo, começava a sua obra de traição (...)”<sup>22</sup>

Nosso autor participara do golpe que levava a renúncia de João Goulart, e, por isso, sua crítica não se estende ao que denomina “Revolução de 1964”, mas sim, resume-se à governança de Castello, uma vez que, para Lacerda, o presidente desvirtuara o movimento revolucionário que obtivera seu apoio. Ao invés de expurgar a “ameaça comunista” presente no governo de Jango e restituir a democracia no Brasil – através do estabelecimento de eleições em 1965, nas quais Lacerda almejava concorrer à presidência com o apoio dos militares e da UDN – o general postergou seu mandato até 1967; um golpe certo às esperanças do ex-governador da Guanabara em tornar-se o novo presidente do país.

O que tornou impopular o Governo de Castello Branco não foi o que ele fez de revolucionário e sim o fato de ter usado o arbítrio e o poder discricionário para

---

<sup>18</sup> Ibid. p. 75

<sup>19</sup> Ibid. p. 75

<sup>20</sup> Ibid. p.75

<sup>21</sup> Ibid. p. 238.

<sup>22</sup> Ibid. p. 179.

consagrar, na direção do país, exatamente as forças mais anti-revolucionárias, mais reacionárias, para usar o termo.<sup>23</sup>

Lacerda apresenta-se em sua narrativa como o mais provável líder democrático, no qual os militares deveriam ter confiado a direção da “revolução” se esta não houvesse se corrompido com Castello Branco. Ele reproduz as palavras do Dr. Julio Mesquita, um amigo do ex-governador, referente ao seu rompimento com o governo castellista:

Se o senhor romper agora, ficamos sem solução de uma ditadura militar. O senhor é o líder civil, não tem o direito de jogar fora a sua responsabilidade de desligar-se da revolução e deixá-la entregue a essa gente (...)<sup>24</sup>

A palavra reprodução já nos indica certa autonomia da narrativa à versão original, pois reproduzir consiste em uma criação e, portanto, afasta-se da mera cópia. A importância desta afirmativa reside no cuidado que o leitor deve ter para não cair nas armadilhas presentes em qualquer rememoração ou testemunho: a carga retórica intrínseca à narrativa devido à sua pretensão de ser tomada por “verdade”. Nossa preocupação não se encontra na verossimilhança do relato de Lacerda e sim no motivo pelo qual decidira reproduzi-lo/criá-lo em sua obra de 1967. A palavra líder é a chave para nossa resposta, uma vez que nosso autor pretende, a todo o momento em sua narrativa, demonstrar aos seus leitores qualidades que o tornariam apto ao cargo de Presidente da República. Lacerda acreditava que as eleições ocorreriam em 1971, devido à promessa de liberalização do novo governo militar que se iniciava com Costa e Silva no comando.

Se algum regime exige liderança, é exatamente a democracia. Se alguma exigência se tem a fazer para definir a liderança, é exatamente uma depuração de qualidades que surgem e se afirmam através da provação, da privação, da formação, da deformação, da transformação – e assim por diante. Inspirar confiança ao povo é mais difícil na democracia; mas é ainda mais necessário do que na ditadura.<sup>25</sup>

José Murilo de Carvalho sugere a retórica como uma chave útil para a leitura dos textos de intelectuais brasileiros do século XIX. Mas também admite que alguns traços desse estilo possam estar presentes até hoje na sociedade brasileira. Lacerda, grande admirador de Rui Barbosa considerado pelo historiador como o “maior parlador que o

---

<sup>23</sup>Ibid. p. 296

<sup>24</sup> Ibid. p. 180

<sup>25</sup> Ibid. p. 301

país jamais produziu”<sup>26</sup>, utiliza-se das regras do argumento retórico em suas evocações. Ele admira não só a eloquência de Rui Barbosa como também a de seu pai e relata em seu livro **Rosas e Pedras de meu caminho** a admiração que tinha por ambos os oradores.

Rui Barbosa falava difícil e, no entanto, o povo entendia; dava muitos sinônimos, de modo que aumentava a possibilidade de alguns deles serem conhecidos; (...) o povo entendia por adivinhação poética; quando a palavra era obscura, clareava-se pela afinidade do sentido oral. A meu lado eu vi meu pai agigantar-se naquele dia, domar a multidão com a voz cortante, que parecia um outro clarim na confluência das avenidas.<sup>27</sup>

Além disso, segundo a crítica de Derrida sobre a subjetividade e a representação, todo relato autobiográfico ou memorialístico se desenvolve através da busca da persuasão, daí a necessidade de seu exame retórico<sup>28</sup>. Uma das características retóricas presentes na narrativa de Lacerda é a estreita relação entre os argumentos e a pessoa do orador – *ad personam*-, o que significa dizer que a qualidade moral deste é tão válida quanto sua argumentação. A tentativa de desqualificar o adversário criticando sua qualificação moral é usual em uma construção retórica. Em **Rosas e Pedras de meu caminho** ele confirma a confiabilidade concedida a essa aproximação do homem público com o privado – “existe entre os fatos da vida pública e os da vida particular certa ação recíproca, regular e talvez periódica”<sup>29</sup> -, o que permitiu utilizar-se de críticas *ad personam* ao invés de limitar-se a atacar os argumentos específicos de seus adversários.

Lacerda traça um perfil psicológico de Vargas e o caracteriza como um homem suicida e autodestrutivo. Ele fora responsabilizado pelo suicídio do ex-presidente, devido à sua participação intensa no movimento para a renúncia de Getúlio. Na obra de 1967, nosso autor retoma estas críticas no intuito de demonstrar sua isenção de culpa quanto ao ocorrido.

Desde então [suicídio de Vargas em 1954] tenho sido alvo de uma campanha de ódios sem precedentes, a pretexto de ter sido o culpado pela morte de Vargas. Os acusadores sabem melhor do que ninguém, que não fui eu. As razões do suicídio de Vargas estão

<sup>26</sup> CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro: 7Letras, n. 1, 2000.p.144.

<sup>27</sup> LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 143

<sup>28</sup> Cf. SARLO, Beatriz. *Crítica do testemunho: sujeito e experiência*. In: **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 32.

<sup>29</sup> LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras de meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p.31.



no seu próprio temperamento, em seus antecedentes, com várias referências a suicídio, em 1930, em 1932, etc. e na solidão que vivia, no abandono em que se viu naqueles dias terríveis.<sup>30</sup>

Em outra passagem Lacerda apresenta Vargas como um homem inseguro, incapaz de tomar decisões sem a ajuda de seus aliados- “visivelmente superado por um grupo que (...) domina os setores mais moderados e politicamente capazes.”<sup>31</sup> Ele relata uma discussão ocorrida na Assembléia Constituinte entre Otávio Mangabeira e Virgílio de Melo Franco, no dia da posse de Getúlio para a cadeira de senador em 1946, referente à moção de aplauso às Forças Armadas por terem derrubado a ditadura do ex-presidente. De acordo com nosso autor, se não fosse pela ajuda de seu amigo Sousa Costa, Vargas teria aprovado a moção que celebrava o fim do Estado Novo.

“Os senhores que aprovam a moção subscrita pelos Srs. Otávio Mangabeira e outros, queiram levantar-se” Vejo então Getúlio começar a levantar-se junto com os outros. Sousa Costa, o mais discretamente que pode, põe-lhe a mão no ombro e o faz ficar sentado. Tinha razão Virgílio: tomado de surpresa, quase vota a favor da moção contra o seu governo.<sup>32</sup>

As lembranças referentes à Vargas selecionadas por Lacerda ratificam a imagem que ele pretende construir do seu antigo adversário político: um homem oportunista, avesso às políticas democráticas.

Não sendo democrática a sua vocação, nem a sua formação, manteve o povo na ignorância e, mercê de sua extraordinária simpatia pessoal, de seu agudo oportunismo, usou a presença do povo no fato político para construir sobre ele o domínio de seu grupo.<sup>33</sup>

A imagem que Lacerda constrói para Getúlio é oposta à *persona* que pretende representar. Em suas narrativas ele apresenta a descrição que lhe foi dada por um quiromante:

Combativo e de resolução determinada quando provocado. Tem intenções de chefiar os outros. (...) Pendor para servir a coletividade e não o indivíduo. (Aqui ele coincide com a descrição de outro árabe, David Nasser, num artigo magistral em que disse a mesma coisa, sem me ter lido a mão).<sup>34</sup>

---

<sup>30</sup> Ibid. p. 248.

<sup>31</sup> Ibid. p. 242.

<sup>32</sup> Ibid. p. 233

<sup>33</sup> Ibid. p. 234.

<sup>34</sup> Ibid. p. 188

Lacerda, portanto, traça para si a imagem de um homem resoluto, líder nato, pronto a servir ao bem público, qualidades opostas à caracterização de Getúlio que vimos acima.

Ao comentar sobre o movimento comunista, nosso autor também ressalta a ideologia antidemocrática que descrevera em Vargas e Castello Branco. Ele faz uma comparação entre os ideais do nazismo e do comunismo e defende que ambos possuem semelhanças devido às mesmas raízes ideológicas hegelianas<sup>35</sup> - assim como Getúlio e Prestes, os quais as personificam.

Os arquivos do Partido Comunista, apreendidos em casa do ex-deputado alemão Artur Ernst Ewert, aqui chegado com o pseudônimo de Harry Berger, torturado até a loucura no quartel da Polícia Especial, (...) a prisão de Prestes no Méier, o crime hediondo que ele ordenou na pessoa da mocinha Elza Fernandes, amante do secretário-geral do Partido e que cederá à polícia por medo, tudo isso, ao mesmo tempo em que mostrava a hedionda repressão a que se entregou o Estado Novo – que nada ficou a dever ao nazismo, nos processos e métodos adotados, também me ilustrava acerca da exata natureza do comunismo.<sup>36</sup>

Na citação a seguir, vemos como Lacerda caracteriza o pensador Karl Marx em suas narrativas. Nesta obra de 1967, **Rosas e Pedras de meu Caminho**, ele define o marxismo como uma “polêmica pobreza ideológica”, possuidora de concepções primárias.

[Marx] ficou sendo o filósofo dos que não conhecem filosofia, o sociólogo dos que encaram a sociologia como uma pesquisa permanente, o revolucionário dos que desdenham a liberdade, o rebelde dos conformistas, de um novo conformismo, que substitui o egoísmo pela utopia e por isto atrai, mas faz da utopia um pretexto para a opressão da inteligência.<sup>37</sup>

Mas como nosso autor pôde criticar uma ideologia, na qual acreditara e defendera anos antes, durante a década de 1930? Lacerda fora muitas vezes criticado pelos políticos mais conservadores por já ter apoiado o comunismo em sua juventude, assim como, fora recriminado por setores da esquerda brasileira devido à sua traição ao marxismo. No entanto, ao tentar esclarecer esta possível contradição – um político com severas críticas ao partido comunista, mas que uma vez fora representante e militante do mesmo – ele afirma em suas narrativas nunca ter feito parte do PCB.

---

<sup>35</sup> Ibid. p 164

<sup>36</sup> Ibid. p 166

<sup>37</sup> Ibid. p 164

Nunca pertenci ao Partido nem à Juventude Comunista. Deixei que durante tantos anos amigos e inimigos repetissem essa informação errada, apenas por amor à idéia geral e horror à covardia. (...) Quando ser comunista tornou-se prova de inteligência, ter sido, e não ser mais, converteu-se em demonstração de reacionarismo e traição.<sup>38</sup>

Ele admite ter tido afinidades com o ideal marxista durante a juventude, todavia, explica tal aproximação a partir do momento político da época. Na década de 1930 no Brasil, nosso autor defende que havia poucas opções para os jovens que desejavam rebelar-se contra o poder das oligarquias do país.

Porque a realidade do Brasil era mesquinha e acabrunhante, a oposição liberal era uma ficção (...) a falta de uma causa para a juventude lutar e se firmar levava naturalmente todo jovem que não fosse um tolo a uma opção: comunismo ou fascismo. Simpatizar com um ou com outro era a alternativa. O mais era a morna rotina, a pasmaceira e a conformidade com a miséria (...).<sup>39</sup>

No capítulo anterior vimos como Lacerda aproximara-se da imagem de seu pai, na tentativa de elaborar uma espécie de legado geracional: sua vocação ao bem público. Contudo, Maurício de Lacerda possuía ligações com o Partido Comunista Brasileiro; seus irmãos Paulo e Fernando foram importantes dirigentes do PCB. Ele, por sua vez, foi integrante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de caráter antifascista e antiimperialista que reunia diversos setores de esquerda, além de presidir a Frente Popular pelas Liberdades (FPL), organização que buscava dar continuidade ao trabalho da ANL após a decretação de sua ilegalidade pelo governo, em julho de 1935. Presidiu, ainda, a Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, entidade que objetivava dar suporte eleitoral aos candidatos identificados com a ANL.<sup>40</sup> Como Lacerda pôde conciliar, portanto, sua posição anticomunista de 1967, com a figura política de seu pai? Em sua narrativa nosso autor ameniza a relação de seu pai com o comunismo, ao defender que, assim como ele, Maurício de Lacerda era apenas um simpatizante, mais próximo a um socialismo liberal do que ao marxismo.

Paulo, depois Fernando, sofreram por suas idéias, às quais dedicaram a vida, sacrificando tudo o mais. Tornaram-se militantes comunistas, viveram na Rússia, foram sinceros até o fim na perseguição da utopia a que os levou a sua insaciada fome de Absoluto. Enquanto meu pai caminhou para um socialismo liberal – se é que entendem; e exatamente porque não é fácil entender, foi tido por perigoso pelos políticos burgueses e pelos ativistas do comunismo.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> Ibid. p 151

<sup>39</sup> Ibid. p 156

<sup>40</sup> Apud [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio\\_lacerda](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda)

<sup>41</sup> Ibid. p 85

Em sua obra **Rosas e Pedras de meu caminho**, Lacerda, portanto, tenta nos demonstrar que, assim como seu pai, possuía afinidades com a utopia marxista e seus ideais socialistas, mas nunca fora do partido. Ele nos explica que conheceu o comunismo cedo, através de seu tio Paulo e não nega o seu convívio com os membros do PCB e as amizades que obtivera neste meio. Defende ainda que a designação para fazer o artigo que mais tarde o levaria ao ostracismo deveu-se a essa proximidade e camaradagem com os comunistas. Em 1938, o jornalista Olímpio Guilherme propôs-lhe, a propósito da exposição que seria feita pelo DIP, que fizesse uma História do Comunismo no Brasil. De acordo com nosso autor, membros do Partido Comunista Brasileiro o aconselharam a aceitar a incumbência, “porque assim retira todo o veneno e impede a provocação”<sup>42</sup>.

Determinado a demonstrar que seu artigo não continha nada que pudesse justificar a ação do partido após sua publicação, Lacerda redige longas partes do seu texto além de um sumário de três páginas referente ao conteúdo da narrativa em sua obra de 1967. Contudo, de acordo com nosso autor, “apesar do infinito cuidado, sem citar um só nome, a não ser de Luis Carlos Prestes e Harry Berger que estavam condenados e presos,”<sup>43</sup> ele fora julgado e expulso “de um Partido a que nunca pertencera”<sup>44</sup>, pela publicação da história do comunismo, em janeiro de 1939 no *Observador*.

Durou anos essa perseguição, essa marginalização de uma consciência, que por isso mesmo, se fortaleceu no sofrimento, no sentimento de injustiça e no conhecimento da abjeção a que o fanatismo pode levar. Mais do que o ódio dos verdadeiros comunistas, os que se arriscaram, doeu-me no começo e depois me enojou, a subserviência dos que querem ser revolucionários sem risco, intelectuais sem inteligência, recebendo o diploma de avançados em troca de sua submissão às teses e linhas de ação dos comunistas.<sup>45</sup>

De acordo com Lacerda, a dor consistia no afastamento de seus antigos amigos devido à ordem dos superiores do PCB, insatisfeitos com o artigo que publicara, e não porque fora afastado dos ideais comunistas, pois assevera que, “há muito tempo já

---

<sup>42</sup> Ibid. p 154

<sup>43</sup> Ibid. p 154

<sup>44</sup> Ibid. p 163.

<sup>45</sup> Ibid. p 163

estava farto do marxismo.”<sup>46</sup> Ele afirma que o motivo para se desvencilhar do comunismo em 1939 foi o caráter de regime ditatorial similar ao governo de Getúlio:

Eu tinha sido levado para próximo do comunismo porque acreditava que era um regime libertador, mas fui me convencendo de que era uma ditadura, pior do que as outras, porque muito mais organizada e portanto muito mais difícil de derrubar<sup>47</sup>.

Ao utilizar o verbo na forma passiva – “tinha sido levado”- para mencionar sua aproximação com o comunismo, Lacerda tenta amenizar sua ligação passada com o partido. Como vimos acima, em suas evocações ele ressalta diversas vezes que nunca foi filiado ao Partido Comunista do Brasil. Para justificar a sua participação quando jovem na Juventude Popular, nosso autor destaca que a organização “abrangeia não só simpatizantes, como também descontentes com a situação social vigente”<sup>48</sup>, explicação semelhante a que dera à aproximação de seu pai aos ideais marxistas nas décadas 1920 e 1930. Em sua busca por lembranças do passado nosso autor seleciona, portanto, memórias que atenuam as divergências com sua posição no presente. O esquecimento é um elemento importante dessa seleção e da tentativa de abrandar as inconstâncias, existentes na vida de qualquer indivíduo.

A afirmação de que Lacerda “foi se convencendo” que o comunismo era tão autoritário quanto o governo de Vargas encontra respaldo em seu relato referente à morte de Elza Fernandes ocorrida em 1936. Amante do secretário-geral do Partido Comunista da época, Antonio Maciel Bonfim, cujo nome de guerra era Miranda, Elza foi condenada à morte por Prestes por dar informações à polícia.

Sua jovem companheira fora morta em 1936, quando ele estava na prisão. Suspeita de ter dado informações à polícia por medo de ser torturada, seu corpo esquartejado para caber dentro de um saco, pelo “Cabeção”, um maranhense a quem mais tarde, na Chefia da Polícia, em 1945, João Alberto deu uma passagem;<sup>49</sup>

Contudo, a exumação do corpo de Elza Fernandes e investigação policial, que levava membros do Partido Comunista do Brasil a revelarem os responsáveis por seu assassinato, só ocorrera em 1940 e, como vimos acima, o afastamento de Lacerda deu-se em 39, devido ao artigo que escrevera ao *Observador Econômico* sobre o comunismo no Brasil.

---

<sup>46</sup> Ibid. p 163

<sup>47</sup> Ibid., p.51.

<sup>48</sup> Ibid. p., p.38.

<sup>49</sup> Ibid. p 208

Alguns anos mais tarde, em 1940, o irmão de "Elza", Luiz Cupelo Colônio, o mesmo que auxiliara "Miranda" na tentativa de assassinato do "Dino Padeiro", participou da exumação do cadáver. O bilhete que escreveu a "Miranda", o amante de sua irmã, retrata alguém que, na própria dor, percebeu a virulência comunista:

“Rio, 17-4-40

Meu caro Bonfim,

Acabo de assistir à exumação do cadáver de minha irmã Elvira. Reconheci ainda a sua dentadura e seus cabelos. Soube também da confissão que elementos de responsabilidade do PCB fizeram na polícia de que haviam assassinado minha irmã Elvira. Diante disso, renego meu passado revolucionário e encerro as minhas atividades comunistas.

Do teu sempre amigo, Luiz Cupelo Colônio.”<sup>50</sup>

Ao suprimir as datas dos episódios que recorda, a posição anticomunista de nosso autor torna-se mais coerente e ativa: não foi o partido que o expulsou e o compeliu a escolher outra vertente política devido ao isolamento no qual se encontrava, mas sim Lacerda, que ao perceber as contrariedades do Partido, afastou-se e decidiu buscar apoios que coincidissem com seu ideal democrático.

Ao retomarmos a passagem na qual Lacerda narra o dia quatro de outubro de 1963, momento em que soube do mandado de prisão que lhe fora expedido por Jango, também é possível perceber a presença deste “princípio democrático”, o qual nosso autor deseja incutir como orientador de todas as suas ações do passado. Ele nos relata que ao receber a informação de que uma tropa de pára-quedistas do Exército estava à solta na cidade do Rio de Janeiro com ordens de prendê-lo ou matá-lo se houvesse resistência, decidira retornar às pressas ao Palácio da Guanabara, pois “ali era o lugar do governador morrer”<sup>51</sup>. Antes de expor o conteúdo do pequeno bilhete que escrevera, Lacerda não perde a oportunidade de aviltar o ex-presidente Getúlio Vargas ao afirmar que em um verdadeiro momento heróico, no qual um homem público se prepara para morrer pelo país, “não há tempo para pieguices nem para escrever testamentos”.<sup>52</sup>

Em cima da mesa um ofício qualquer, cuja segunda folha tinha a metade em branco. Rasguei essa metade e nela escrevi: “Ao menos sirva para libertar o Brasil do comunismo, da demagogia e da corrupção. Deixo aos meus um nome limpo e, espero, uma pátria livre.”<sup>53</sup>

<sup>50</sup> DUMONT. Fernando. **Recordando a história: o assassinato de Elza Fernandes**. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/elza.htm>.

<sup>51</sup> Ibid. p 174

<sup>52</sup> Ibid. p 174

<sup>53</sup> Ibid. p 174

A defesa da democracia torna-se, portanto, o vetor de sua vida e essa identidade é edificada não só pela afirmação de sua personalidade como também através da construção negativa da imagem de seus opositores. A aproximação Vargas – Prestes ou Vargas-Castello sintetizam, na construção de Lacerda, tudo aquilo contra o que lutou durante sua vida.<sup>54</sup>

De acordo com Reinhart Koselleck, a identidade de uma pessoa e sua relação com os demais é expressa pelas denominações que este emprega a si e aos outros. Além disso, a constituição de uma *persona* passível de viabilizar um projeto de ação política e social, só se torna possível ao utilizarmos conceitos que a delimitem, ao excluir, portanto, outras maneiras de autodeterminação. O oposto não é apenas o antagônico, pois é contrário de maneira desigual, impossibilitando o reconhecimento mútuo.

O conceito oposto que designa o outro deriva da denominação empregada a si próprio e consiste linguisticamente a uma privação, ou melhor, a uma espoliação. De acordo com Koselleck, trata-se nessa circunstância de conceitos opostos assimétricos, os quais fundamentam a linguagem política, assim como a vida cotidiana. “[Também] No mundo da história (...) quase sempre se trabalha com conceitos assimétricos e desigualmente contrários.”<sup>55</sup>

A peculiaridade dos conceitos antitéticos assimétricos consiste na determinação de critérios dos quais resulta a completa recusa da posição que lhe é contrária, disso explica-se tamanha eficácia política. Sua análise nos possibilita entender a maneira através da qual tais conceitos antitéticos conformam as relações plurais – fatos e intenções – entre os diferentes grupos, de modo que os abrangidos são, na mesma proporção, ou prejudicados ou capacitados a uma ação política.

Lacerda, em sua obra **Rosas e Pedras de meu Caminho**, intenta demonstrar que tanto Vargas quanto Prestes (metonímia do comunismo) e Castello Branco representam os ideais antidemocráticos contrários à sua própria posição. Mas o que ele quer dizer quando se apropria do conceito democracia? Como Koselleck já

---

<sup>54</sup> Cf. MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. **Vidya**, Santa Maria (RS), n 34, p. 101-122, jul./dez. 2000

<sup>55</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 193

argumentara, democracia há muito se tornara um arquilexema<sup>56</sup>, ou seja, um conceito generalizante, que acabou por tomar o lugar de república – “(...) generalidade global que pode ser ocupada, do ponto de vista político, de modos completamente diversos”<sup>57</sup>.

Com isso, faz-se necessário um complemento explicativo ao conceito para torná-lo funcional politicamente. Para adquirir virulência política, portanto, o conceito teve de sofrer uma manipulação de linguagem que adicionasse ao vazio qualitativo uma ideologia capaz de produzir separações em pólos opostos.

Em sua obra de 1967, por exemplo, Lacerda tenta estabelecer uma radical oposição entre seus ideais democráticos, representados pelos anos em que foi governador da Guanabara (1960-65), e os ideais de Vargas, do comunismo e de Castello Branco – através de uma rememoração que os representa como avessos à liberdade e aos reais interesses do povo brasileiro. Ele produz uma figura negativa elástica o bastante para abarcar todos os seus opositores; uma elasticidade proporcional ao conceito de democracia que pretende representar. Em uma época de ditadura civil-militar, como a década de 60 no Brasil, determinar politicamente o conceito seria diminuir o grande guarda-chuva denominado oposição.

Democracia, nesse sentido, assemelha-se à liberdade, em oposição a um regime ditatorial e opressor. Lacerda não está preocupado em definir sua posição política, pois como opositor da ditadura de Castello, consegue alcançar a todos os que se opuseram ao seu governo, além de manter sua relação com o novo governo militar – Costa e Silva acabara de tomar posse em 15 de março de 1967- intacta devido à restrição de suas críticas ao ex-presidente<sup>58</sup>. Portanto, a estrutura argumentativa que estabelece a separação entre ele e seus opositores – principalmente varguistas e comunistas os quais também se denominam opositores do regime – consiste em um discurso retórico alçado em suas memórias, as quais os representam como ditadores disfarçados.

---

<sup>56</sup> Ibid. p. 107.

<sup>57</sup> Ibid.p.107.

<sup>58</sup> A restrição da crítica à liderança castellista deu-lhe a oportunidade de aproximar-se de Costa e Silva e seus aliados, pois mesmo não fazendo parte dos opositores de Castello, não eram identificados como membros de seu grupo político, o qual era denominado grupo da Sorbonne e, por isso, a crítica lacerdista ao ex-presidente não possuía implicações ao novo governo militar, do qual nosso autor ainda tinha esperanças em participar.



No entanto, devemos ressaltar uma importante diferença entre a caracterização de Vargas e do comunismo e a descrição que Lacerda faz de Castello Branco, em suas narrativas de 1967. Em inúmeras passagens nosso autor ameniza as críticas a Getúlio, como por exemplo, ao mencionar seu encontro com ex-presidente em 1942:

Por mais que visse em Vargas o ditador, o homem que acabara com o direito do voto, com a liberdade de imprensa (...) o homem era realmente simpático, aquela cara matreira, redimida por um sorriso largo, acolhedor que humanizava o rosto meio inexpressivo, como se no sorriso a inteligência se mostrasse melhor.<sup>59</sup>

Em outra passagem a amenização da figura de Vargas por parte de nosso autor torna-se mais clara, ao ressaltar em sua narrativa os pontos positivos do governo getulista:

Embora turvado pela mancha do paternalismo, (...) fez o Brasil avançar socialmente. A oligarquia, que o gerou não lhe perdoou essa traição ao domínio das minorias. (...) De seu longo período de governo de 1930 a 1945, ficaram sinais positivos, o maior dos quais é a tomada de consciência, pelas classes dirigentes, da existência e da importância do homem comum, do homem sem importância, do homem no meio da massa.<sup>60</sup>

Lacerda, em 1967 estava juntamente com Juscelino Kubitschek na direção do movimento político denominado Frente Ampla. A viabilidade do movimento só ocorreria se a população compreendesse o objetivo dessa organização e da comunhão dos dois antigos rivais – pressionar o governo militar à liberalização política do país. A trajetória de Juscelino o aproximava de Getúlio Vargas e, com isso, Lacerda teve de tomar certos cuidados para que sua crítica ao governo varguista não se estendesse ao governo de JK. A valorização de alguns pontos da administração de Getúlio foi a solução encontrada por nosso autor, pois a partir daí, ele conseguiu demonstrar em sua narrativa, que o ex-presidente mineiro conseguira seguir os passos do ex-presidente gaúcho apenas em suas medidas positivas, ao invés de imitá-lo em seus métodos antidemocráticos e autoritários. Dessa forma, Lacerda conseguira tornar sua aliança com Kubitschek uma ação política coerente, uma vez que ambos em sua narrativa são caracterizados como homens que valorizam a democracia.

Por sua formação democrática e seu otimismo sistemático, Juscelino Kubitschek realizou uma parte considerável do que então eu esperava que fosse feito pelas Forças Armadas. Pois o que estas não fizeram ele praticou em 1960, ao presidir eleições nas

---

<sup>59</sup> LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 217.

<sup>60</sup> Ibid. p 234

quais foi consagrado por votação livre, o candidato da oposição, ao qual Kubitschek, lealmente e democraticamente entregou o poder.<sup>61</sup>

A idéia de lembrança como “memória exercitada” defendida por Paul Ricoeur nos ajuda a compreender esta rememoração como uma busca mediada pelas ações do presente. A narrativa remissiva de nosso autor seria publicada na **Revista Manchete** no mesmo ano de sua elaboração, abril a julho de 1967, e através destes escritos torna-se possível montar um quadro viável referente ao projeto de ação política que Lacerda teria em mente durante suas evocações, a transformação de um passado em presente através da linguagem. Portanto, o objetivo de Lacerda quanto à viabilização da Frente Ampla nos ajuda a compreender a valorização do governo de Juscelino Kubitschek, assim como a aproximação a determinados aspectos da política getulista, presentes em sua obra **Rosas e Pedras de meu Caminho**.

A maioria do povo, desiludida desde a renúncia de Janio Quadros e brutalmente chocada com o rumo que tomou o Governo de Castelo Branco, nem por isso deseja voltar ao passado. (...) Então se compreenderá, de todos os lados, o alcance e a importância do entendimento que fizemos Kubitschek e eu, desarmando o que poderia ser revanchismo e também desarmando a estupidez de uma revolução encarada como mera expedição punitiva. (...) Precisamos é de um sentimento capaz de unir os brasileiros (...). E de uma união atuante e empolgante, capaz de mobilizar verdadeiramente os brasileiros.<sup>62</sup>

A atenuação das críticas ao comunismo também fazem parte do projeto de viabilização da Frente Ampla.

Convivi com muitos comunistas, conheci os seus métodos, a luta feroz entre os grupos pela posse do poder de decisão, as competições e rivalidades, que chagam às maiores mesquinhas; e também os exemplos de dedicação, de sacrifício, de desprendimento e de heroísmo que são capazes.<sup>63</sup>

Lacerda precisa do maior número possível de pessoas a apoiar o que pretende ser um novo partido político. Para tanto, o abrandamento de certas divergências torna-se um importante aglutinador de ativistas políticos. Não era o momento de acirrar divergências, e sim de aproximar-se de antigos rivais para fortalecer o seu movimento e pressionar o governo quanto à democratização do Brasil.

Depende [a Frente Ampla] de um esforço que tem de ser conjugado (...). Assenta numa filosofia básica e comum a todos, um princípio diretor no qual *podem conviver as mais sérias divergências* [meu grifo], desde que entendidas quanto ao ponto de partida: a

<sup>61</sup> Ibid. p 266

<sup>62</sup> Ibid. p 297

<sup>63</sup> Ibid. p 153

mobilização nacional para o desenvolvimento. E quanto ao ponto de chegada: a expansão de uma cultura democrática para dar ao Brasil as dimensões de uma nação.<sup>64</sup>

Contudo, abrandar as críticas não significa dizimá-las. Lacerda continua a censurar o caráter antidemocrático e opressor do comunismo, assim como os métodos reacionários e ditatoriais de Vargas. O motivo para essa permanência reside, em primeiro lugar, na necessidade de uma coerência com a sua trajetória política; se modificasse completamente a maneira de tratar seus antigos rivais em sua narrativa de 1967 cairia em contradição com seu passado. Além disso, Lacerda precisa se destacar perante os demais grupos e figuras civis do cenário político brasileiro, pois as idéias de vocação ao bem público e de liderança democrática devem ser apresentadas em sua narrativa como características escassas, as quais o destacam como o mais preparado para assumir a Presidência do país após a liberalização política.

O país sofre, mais do que nunca, a crise de liderança democrática. (...) A única esperança do povo está na pacificação nacional, sob o comando dos que representam legitimamente – e não por artifícios e rabulices – a maioria do povo. (...) É preciso que o povo, à frente do país, veja os líderes nos quais acredita, nos quais reconhece um propósito, uma obra, uma definição nítida.<sup>65</sup>

Apesar da tentativa de nosso autor em não definir o conceito democracia em sua obra de 1967 - no intuito de abarcar múltiplos significados e, com isso, conquistar um maior número de leitores -, podemos identificar a influência da teoria referente à luta democrática de Joseph Schumpeter em sua narrativa. A defesa da importância da liderança política em uma democracia, defendida por Lacerda na citação acima, por exemplo, nos remete à tese do pensador austríaco.

Em **Capitalismo, Socialismo e Democracia**<sup>66</sup>, Schumpeter faz uma crítica à doutrina clássica da democracia, na qual “o povo tem uma opinião definida e racional a respeito de todas as questões e que manifesta essa opinião pela escolha de representantes que se encarregam da execução”<sup>67</sup>. De acordo com o economista a idéia de um povo consciente da tomada de decisões de seus representantes políticos, cujas ações seriam, por conseguinte, controladas por esse eleitorado, não se sustenta quando aplicada na prática. Para Schumpeter o principal objetivo do sistema democrático não

<sup>64</sup> Ibid. p 297

<sup>65</sup> Ibid. p 258

<sup>66</sup> SCHUMPETER, Joseph A. (1942). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.p. 345.

<sup>67</sup> Ibid. p. 321

consiste em atribuir ao eleitor o poder decisório referente aos assuntos políticos do país, mas sim atribuí-lo o poder de eleger o seu representante, o qual tomará as decisões necessárias quanto aos assuntos políticos da nação.

O papel do povo é formar um governo, ou corpo intermediário, que por seu turno, formará o executivo nacional, ou governo. (...) Nossa definição passa então a ter o seguinte fraseado: o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor.<sup>68</sup>

Com isso, o papel de líder em um governo democrático torna-se vital, pois em sua teoria o grau irrealista de iniciativa é retirado do eleitorado e depositado na liderança política. O líder, portanto, ao invés de se satisfazer com a realização da vontade geral – uma vontade denominada por Schumpeter como manufaturada, pois as vontades da população não se afirmam diretamente – como defende a teoria clássica, será capaz de interagir interesses nacionais e opinião pública, organizando-os em um programa de ação política.

Trata-se apenas de situar o problema nos devidos termos. Uma obra de governo é antes de tudo, uma obra de inspiração. O que se chama de equipe não existe sem comando. E o comando exige intuição, ou, se quiserem lhe dar esse nome tão barateado, visão. Visão do conjunto e do pormenor. Presença. Contato. Dedicção integral. Alta, pura, válida, necessária ambição.<sup>69</sup>

Ao defender a importância de um líder em um governo democrático Lacerda concorda com a teoria de Schumpeter, pois para nosso autor, assim como para o economista austríaco, o comando político não deve ser guiado pelas opiniões do eleitorado, mas sim pelas decisões daqueles, os quais a maioria elegeu; teoricamente, os mais preparados para agir pela maioria e não de acordo com ela. No entanto, o governo, muitas vezes, não é assumido pelas pessoas mais preparadas para o comando político, levando o país a uma tirania da maioria. Em um artigo no jornal **Tribuna da Imprensa** em 1955, Lacerda já se utilizava da teoria de Schumpeter para defender os perigos de uma reverência absoluta às decisões da maioria:

Hitler, na Alemanha, levado ao poder pela maioria, decidiu liquidar os judeus. Contra essa decisão majoritária levantou-se a consciência do mundo. Schumpeter, em seu livro “Capitalismo, socialismo e democracia” pergunta se serão justas todas as decisões

---

<sup>68</sup> Ibid. p. 321

<sup>69</sup> LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 295

majoritárias, ainda que incluam a cassação dos direitos das minorias e os atentados contra a dignidade e a liberdade dos homens<sup>70</sup>

Na época em que escrevera tal artigo, suas preocupações não eram as mesmas da década de 1960, pois consistiam no cancelamento das eleições e na instituição de um governo de emergência, ao invés da tentativa de democratização devido à prorrogação do regime militar em 1965. No entanto a defesa deste regime emergencial possui semelhanças ao discurso de 1967, pois em 1955 Lacerda defendia que a população não estava preparada para as eleições devido à “deseducação democrática” proveniente do governo de Vargas, que os tornaram presas fáceis às oligarquias do país – “uma democracia de mentira”<sup>71</sup>. Em **Rosas e Pedras de meu Caminho**, essa concepção de democracia na qual se deveria combater uma participação inconsciente do eleitorado também está presente. Lacerda defende que a falta de lideranças capazes de conduzir a população brasileira ao processo democrático é resultado da inexistência de investimentos em educação no Brasil.

A prevalência de interesses estranhos aos do povo brasileiro deve cessar. As incursões militares na vida cívica devem cessar. Mas tudo cessará somente quando começar a grande transformação do país, pela educação do seu povo. (...) Não se trata, absolutamente, de alfabetizar. A simples alfabetização serve a uma ditadura, a um regime totalitário, onde todos os súditos precisam apenas estar preparados para ler o que o governo escreve. (...) O povo precisa de líderes não de mentores.<sup>72</sup>

De acordo com nosso autor, a menoridade do povo possibilita o controle do país por parte de oligarquias preocupadas com seus interesses privados. Para Lacerda, portanto, o líder deve atender às necessidades de seu eleitorado, deve fazer jus à sua vitória, representando a maioria que o elegeu ao colocar os reais interesses da massa em primeiro lugar. Retornamos assim a idéia de vocação presente em sua obra: Lacerda tenta demonstrar, através de sua narrativa memorialística de 1967, que é o homem mais preparado para tornar-se o líder democrático após a liberalização política, pois possui uma vocação ao bem público.

Mas se o princípio democrático reside em eleições livres, como conciliar a imagem de Lacerda como possuidor de uma consciência democrática e sua defesa ao golpe de 1964? Schumpeter concebe a possibilidade de conciliação entre o princípio democrático e um estado de emergência, no qual o governante monopoliza o poder por

<sup>70</sup> LACERDA, Carlos. *Nas mãos do povo a prova da traição*. In: **Tribuna da Imprensa**. 03/09/1955 p. 4.

<sup>71</sup> LACERDA, Carlos. “Legalidade e o contragolpe”. In: **Tribuna da Imprensa**, 02/08/1955, p.4

<sup>72</sup> *Ibid.* p 117

um período determinado, no intuito de erradicar alguma crise política. No entanto, “se o monopólio não for limitado no tempo (...) o princípio democrático é então ab-rogado e surge a ditadura na sua acepção moderna.”<sup>73</sup> É de maneira similar que Lacerda defende seu apoio ao golpe civil-militar que depusera João Goulart, além de sua crítica à Castello por tornar um estado de emergência em uma ditadura devido à sua prolongação e, com isso, ab-rogação dos princípios democráticos.

Hoje estamos diante de um regime militarizado criado com as melhores intenções, mas desviados de seus rumos, pois, feito para garantir eleições livres e diretas, reprimiu a liberdade e a eleição, privando o povo do direito de escolher o seu governo.<sup>74</sup>

Além das similitudes com a obra de Schumpeter já apresentadas, as inúmeras passagens, presentes na obra de 1967, nas quais o princípio democrático reside nas eleições livres, na liberdade individual e na entrega do comando do governo àquele que recebera o maior número de votos, também coincidem com a teoria do economista – “as rédeas do governo devem ser entregues àqueles que contam com maior apoio do que outros indivíduos ou grupos concorrentes.”<sup>75</sup> A constante defesa de Lacerda quanto à necessidade existente no país de um líder democrático civil no governo, apoiado pelo povo e capaz de direcionar o Brasil ao progresso, nos demonstra mais uma vez suas intenções para o futuro próximo: fortalecer a Frente Ampla e convencer Costa e Silva a lhe apoiar em seu retorno ao cenário político - no início de 1967 a idéia de uma liberalização política, feita pelo novo presidente, ainda era patente.

A única esperança do povo está na pacificação nacional, sob o comando dos que representam legitimamente a maioria do próprio povo. Só assim o povo poderá confiar e, confiando, participar dos sacrifícios e dos esforços que ainda há de fazer para a prosperidade e a paz do Brasil. É preciso que o povo, à frente do país, veja os líderes nos quais acredita, nos quais reconhece um propósito, uma obra, uma definição nítida.<sup>76</sup>

De acordo com Schumpeter a vontade da maioria não significa vontade do povo, mas Lacerda não diferencia isso em sua narrativa e se partimos do pressuposto que nosso autor concordava com as teses referentes à liderança democrática do teórico supracitado, como explicar essa contradição? Lacerda não escreveu em 1967 uma tese política sobre sua concepção de governo democrático, mas sim uma obra memorialística cuja pretensão consistia em torná-lo, perante os olhos de seus leitores, o homem mais

<sup>73</sup> SCHUMPETER, Joseph A. Op.cit. p. 351

<sup>74</sup> LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 258

<sup>75</sup> SCHUMPETER, Joseph A. Op.cit. p. 325

<sup>76</sup> LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 258

preparado para assumir o governo brasileiro após a saída dos militares – o que acreditava ocorrer em 1971.

Essa omissão, portanto, também condiz com a teoria de Schumpeter, pois o mesmo defende que o papel do político é alcançar a vitória eleitoral e por isso o conteúdo de seu discurso torna-se secundário e, por conseguinte, volúvel. O líder será aquele que melhor se apresentar para o eleitorado e com isso a construção retórica da identidade dos concorrentes torna-se tão importante quanto às suas ações.

Da mesma maneira que a conquista do terreno ou da colina, a decisão dos assuntos políticos é, do ponto de vista do político, não o fim, mas apenas a matéria-prima da atividade parlamentar. Uma vez que políticos lutam com palavras em vez de balas e, uma vez que essas palavras são inevitavelmente inspiradas pelos assuntos em debate, este fato pode não ser tão claro como no exemplo militar. Mas a vitória sobre o adversário é, apesar disso, a essência de ambos os jogos.<sup>77</sup>

A obra de Lacerda aparece como uma oportunidade de demonstrar ao público leitor suas qualidades como homem democrático, devoto ao bem público, atributos que o tornariam a melhor escolha para liderar o país em 1971. A rememoração torna-se a oportunidade de viabilizar seu projeto de ação política através de uma construção retórica na qual nosso autor molda suas memórias à identidade narrativa que almeja apresentar: o passado, portanto, torna-se atual através da linguagem. A memória é ativada pelo indivíduo com o intuito de adequá-la às suas expectativas e planos para o futuro.

Seja pela oposição aos antigos adversários políticos, ou pela construção de uma imagem democrática e altruísta através de rememorações de suas ações durante o governo da Guanabara, nosso autor consegue nos passar com sua narrativa remissiva a idéia de um líder nato, cuja história de vida confunde-se com a história do país devido ao seu “pendor para servir a coletividade e não o indivíduo”.<sup>78</sup>

Com isso, nada mais apropriado que concluir nosso capítulo com mais um exemplo do poder retórico da narrativa lacerdista:

Nesta fase da minha vida me preocupa saber que, no passar do tempo, talvez a minha oportunidade de ser Presidente da República – cargo para o qual me preparei - venha quando a saúde já não me ajudar e as disposições do espírito se recusarem as do corpo.

---

<sup>77</sup> SCHUMPETER, Joseph A. Op.cit. p. 351

<sup>78</sup> LACERDA, Carlos. Op.cit. p. 188.

Isto que alguns chamam a minha ambição, para esconder a sua, é apenas a consciência de uma tarefa a executar, de uma séria missão a cumprir. Juntamente com a idéia de missão, que nada tem de carismática no sentido de mistificação própria, mas é ligada à Providência na medida em que ela nos dá força e a oportunidade de resolver e decidir, tenho a idéia da dificuldade. Nada do que fiz ou faço, foi ou é fácil. Em geral, minha vida tem sido uma constante natação contra a corrente, sem saber nadar.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Ibid. p 82.